

# Declaração Global de Direitos Humanos da Microsoft

A informática, a inovação impulsionada pelas tecnologias digitais e a conectividade são alguns dos fatores mais influentes no mundo do trabalho atual. Estes fatores estão na base das atividades comerciais da Microsoft e estão a transformar a vida das pessoas por toda a parte. Tendo como fundamento o princípio proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos", estamos empenhados em desenvolver tecnologias e serviços que enriqueçam as experiências pessoais e partilhadas em todo o mundo. A Declaração Global de Direitos Humanos da Microsoft descreve a nossa abordagem para promover a dignidade humana e respeitar os direitos humanos.

### Introdução

A tecnologia deve ser utilizada para o bem da humanidade, para capacitar as pessoas e protegê-las, sem excluir ninguém. O respeito pelos direitos humanos é um valor fundamental da Microsoft. Este é indissociável da nossa missão de capacitar todas as pessoas e organizações do planeta para que consigam ir ainda mais longe com as nossas tecnologias. Acreditamos que as pessoas, as organizações e as sociedades apenas utilizarão tecnologias em que confiem, e só confiarão em tecnologias que respeitem os seus direitos e promovam a dignidade, a capacidade de agir e o bem-estar das pessoas.

Embora a atenção e o respeito pelos outros sejam valores fundamentais da Microsoft, a nossa abordagem para promover os direitos humanos no mundo integra leis, princípios e normas internacionais, incluindo a <u>Declaração Universal dos Direitos Humanos</u>, o <u>Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos</u>, o <u>Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos</u>, <u>Sociais e Culturais</u> e o trabalho das Nações Unidas em prol da <u>boa governação</u> e do <u>Estado de Direito</u>.

A Microsoft está empenhada em ajudar as pessoas a utilizar a tecnologia:

- Para o bem da humanidade
- Para contactar com outras pessoas em qualquer parte do mundo, encontrar e partilhar informações, conhecimentos, ideias e inspiração
- Para superar a discriminação, exclusão ou opressão
- Para salvar o nosso planeta
- Para melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas em qualquer parte do mundo
- Para defender e promover a democracia, a boa governação e o Estado de Direito
- Para proteger e promover o direito à privacidade, segurança, proteção, liberdade de opinião, expressão, associação e reunião pacíficas, entre outros direitos humanos

#### Como cumprimos este compromisso:

- Interagindo, aprendendo e trabalhando com as diversas partes interessadas: a interação promove o diálogo. O diálogo permite-nos partilhar os nossos valores, a nossa opinião e o nosso conhecimento de tecnologias em constante evolução, e da forma como estas podem e devem ser utilizadas. Ajudanos a conhecer e compreender as preocupações e os pontos de vista das partes interessadas de todos os segmentos da sociedade do mundo. Trabalhamos em conjunto para encontrar novas ideias e soluções para uma sociedade digital que respeite e promova os direitos humanos.
- Enfrentando os desafios e fazendo e defendendo o que está certo: acreditamos que podemos respeitar de forma mais eficaz os direitos humanos através da nossa presença, e não da nossa ausência, em países onde os direitos humanos são um desafio significativo. Acreditamos que a longo prazo, uma interação responsável com as pessoas, os governos e outras partes interessadas nos ambientes problemáticos permitirá promover os direitos humanos.
- Pondo em prática os direitos humanos na nossa empresa e nas nossas tecnologias: Tomamos as devidas diligências no sentido de avaliar o impacto das nossas tecnologias nos direitos humanos. Recorremos a princípios e normas internacionais, como os <u>Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos</u>, como forma de orientar o nosso plano de ação. Usamos as informações que recebemos das partes interessadas para desafiar a nossa forma de pensar, desenvolver e aperfeiçoar as nossas políticas e práticas, mitigar os riscos e melhorar as nossas tecnologias, bem como a forma como as disponibilizamos a fim de cumprir o nosso compromisso relativamente aos direitos humanos.

Brad Smith, Presidente

Dent Six

#### A nossa responsabilidade

A tecnologia é cada vez mais um instrumento indispensável para o exercício dos direitos humanos em todo o mundo. Enquanto empresa global de TIC (tecnologias de informação e comunicação), temos a responsabilidade de contribuir para um futuro sustentável em que todos tenham acesso às vantagens oferecidas pela tecnologia. Esforçamo-nos por criar produtos e serviços fiáveis e reconhecidos por clientes de todo o mundo. Desde o design e desenvolvimento iniciais dos nossos produtos até ao fabrico e à gestão da cadeia de fornecimento e, por fim, à implementação, trabalhamos para identificar e compreender os impactos positivos e negativos ao nível dos direitos humanos.

Para ajudar a gerir estes esforços, a Microsoft compromete-se em respeitar os <u>Princípios Orientadores</u> <u>das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos</u> (UNGPs, United Nations Guiding Principles).

Trabalhamos diariamente para implementar os UNGPs na Microsoft, tanto na sede como nos escritórios, em aproximadamente 200 países e regiões, bem como em toda a cadeia de fornecimento global.

Os UNGPs apelam às empresas para que respeitem os direitos humanos através das devidas diligências no sentido de averiguar até que ponto as suas atividades podem lesar os direitos humanos, minimizar os impactos negativos e remediar os danos. Divulgamos o nosso compromisso às partes interessadas através do nosso site Declaração Global de Direitos Humanos onde esta declaração está disponível em 18 idiomas e dialetos.

**Definição de direitos humanos:** Enquanto empresa global de tecnologia com milhares de milhões de detentores de direitos no mundo, comprometemo-nos a respeitar todos os direitos humanos: civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Mais especificamente, a Microsoft está empenhada em respeitar os direitos humanos ao abrigo dos seguintes instrumentos internacionais de direitos humanos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- Convenção sobre os Direitos da Criança
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias
- Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
- <u>Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas</u>
- <u>Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos</u>

Também somos membros, signatários ou defensores dos seguintes quadros e iniciativas multilaterais:

- Direitos das Crianças e Princípios Empresariais
- Iniciativa de Rede Global
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Pacto Global das Nações Unidas
- Normas de Conduta das Nações Unidas para as Empresas sobre o Combate à Discriminação contra pessoas LGBTI
- <u>Princípios para Emancipação da Mulher</u>

## Princípios fundamentais

A nossa abordagem baseia-se nos seguintes princípios:

O nosso compromisso contínuo relativamente às diligências necessárias em matéria de direitos humanos: Perceber as possíveis repercussões das tecnologias digitais nos direitos humanos constitui um desafio único. Os nossos processos globais e contínuos começam por identificar e avaliar quaisquer impactos negativos reais, ou possíveis, nos direitos humanos que possamos causar, para os quais possamos contribuir ou a que possamos estar diretamente associados, seja através das nossas próprias atividades ou como resultado das nossas relações comerciais. Os nossos processos seguem os UNGPs e as <u>Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais</u>. Uma das formas de proceder consiste em realizar avaliações relativamente ao impacto nos direitos humanos (HRIAs, human rights impact assessments), para identificar e priorizar riscos evidentes. Realizámos HRIAs ao nível da empresa e dos produtos, bem como em vários países/regiões e localizações. O nosso trabalho em termos de HRIA inclui a participação e consulta regulares das partes interessadas num esforço para compreender e abordar os pontos de vista dos grupos ou das populações vulneráveis.

Uma vez concluída a avaliação, integramos as conclusões e tomamos medidas em conformidade, além de acompanharmos a implementação no ciclo de vida dos produtos e na empresa. Comunicamos às partes interessadas o modo como os impactos positivos e negativos são identificados, avaliados e abordados através de <u>relatórios RSE</u> regulares, <u>relatórios anuais sobre os direitos humanos</u> e <u>Digital Trust Reports semestrais</u>, entre outros canais. Procuramos perceber e responder de forma eficaz aos riscos em constante evolução, às melhores práticas e às necessidades das partes interessadas.

O nosso compromisso quanto à remediação: A remediação é uma parte integrante da responsabilidade corporativa no que toca ao respeito pelos direitos humanos e estamos empenhados em fornecer mecanismos eficazes de apresentação de queixas e acesso à remediação nas situações em que a Microsoft possa ter causado ou contribuído para um impacto negativo em matéria de direitos humanos. Comprometemo-nos a não obstruir os canais de apresentação de reclamações ou soluções disponibilizadas ou fornecidas por outros, incluindo os Países. Estamos empenhados numa colaboração contínua para intensificar as iniciativas de remediação nas nossas atividades comerciais, incluindo junto dos fornecedores de TIC. Trabalhamos para garantir que todos os detentores de direitos e os seus representantes conheçam os seus direitos relativamente a estes mecanismos. Traduzimos as orientações de remediação em vários idiomas para garantir a acessibilidade às partes afetadas. A Microsoft proíbe qualquer forma de represália contra qualquer pessoa que apresente uma reclamação ou questão relacionada com os direitos humanos, ou que participe em investigações subsequentes sobre as mesmas.

Qualquer pessoa que pretenda apresentar uma reclamação ou obter uma solução junto da Microsoft relativamente à nossa atuação em matéria de direitos humanos, pode fazê-lo de forma confidencial e em vários idiomas:

- Enviar um relatório anónimo através do site Microsoft Integrity
- Enviar um e-mail para o Endereço de E-mail de Conduta Empresarial da Microsoft
- Ligar para a Linha Direta gratuita Microsoft Integrity

Também disponibilizamos canais específicos de produtos para questões mais concretas, incluindo:

- Acessibilidade: o <u>Answer Desk de Acessibilidade</u> e o <u>Answer Desk de Acessibilidade Para Clientes</u>
   <u>Empresariais</u> prestam suporte técnico a pessoas e organizações que tenham questões sobre acessibilidade de produtos e serviços Microsoft.
- Jogos: A <u>Aplicação de Políticas e Medidas do Xbox Live</u> mantém e promove uma experiência segura e agradável para todos os membros da Plataforma e Comunidade do Xbox Live.
- Privacidade: O <u>Formulário sobre Privacidade</u> permite fazer perguntas sobre as práticas de privacidade da Microsoft e exercer o direito relativamente aos dados pessoais como, por exemplo, o direito a aceder e eliminar as informações pessoais.
- Fornecimento Responsável de Dispositivos: O <u>Programa de Linha Direta para os Trabalhadores</u> proporciona um canal de comunicação anónimo e fiável aos trabalhadores de fábricas que é gerido por um fornecedor de serviços de terceiros independente.

O nosso compromisso de apoiar a boa governação e o Estado de Direito: A capacidade da Microsoft de respeito pelos direitos humanos tem por base a boa governação e o Estado de direito em todo o mundo. A boa governação e o Estado de direito exigem processos transparentes, responsáveis e participativos, que respondam às necessidades e aspirações das pessoas, bem como das comunidades. A boa governação e o Estado de direito estão intimamente correlacionados com o trabalho digno, a vida sustentável, a segurança das pessoas e a sua liberdade no que toca ao incumprimento dos direitos humanos por parte dos governos. Defendemos leis e políticas públicas que promovam a inovação e protejam os direitos humanos. Fazemo-lo através de uma colaboração periódica multilateral com entidades multinacionais, regionais e locais.

Enquanto empresa multinacional que defende o Estado de direito, sabemos que não estamos acima da lei. Respeitamos as leis nacionais aplicáveis. Mas a lei nacional é apenas um patamar. Nos casos em que as normas internacionais dos direitos humanos prevaleçam sobre as leis nacionais, defendemos o reconhecimento jurídico das normas globais e procuramos alinhar as nossas práticas e operações comerciais com as normas internacionais.

O nosso compromisso quanto à participação: Acreditamos que um compromisso responsável para com as pessoas e os governos de países em que os direitos humanos são um desafio significativo permitirá promover os direitos humanos; podemos cumprir mais eficazmente os nossos compromissos internacionais em matéria de direitos humanos através da nossa presença, e não da nossa ausência, nesses países.

Reconhecemos que tais ambientes operacionais exigem mais diligências e a adesão a princípios claros. Dedicamo-nos a compreender como é que estes contextos podem aumentar o risco de impactos negativos nos direitos humanos e como podemos prevenir ou mitigar esses impactos. Os principais fatores para que esta abordagem seja um sucesso incluem uma abordagem e consulta multiparticipada, incluindo os grupos de partes interessadas locais, e a utilização da nossa reputação, influência e de decisões empresariais para influenciar outros intervenientes principais.

O nosso compromisso quanto aos grupos vulneráveis: Embora os direitos humanos sejam universais, ainda não se aplicam a todos os indivíduos do mundo. Por exemplo, diferentes formas de discriminação exigem que prestemos especial atenção aos grupos vulneráveis. Os grupos vulneráveis incluem as pessoas que estão muito mais suscetíveis de sofrer impactos negativos acrescidos ou aquelas que não têm um acesso prático a uma solução efetiva. Comprometemo-nos a exercer a nossa atividade sem discriminação baseada na raça, cor, etnia, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro estado como incapacidade, idade, estado civil, sexo, orientação sexual, identidade ou expressão de género, estado de saúde, local de residência, situação económica e social, ou outras características, ou as múltiplas formas transversais de discriminação que coloquem em causa o exercício dos direitos humanos. Comprometemo-nos a tomar medidas para permitir que os grupos vulneráveis possam exercer melhor os seus direitos.

O nosso compromisso quanto aos defensores dos direitos humanos: O nosso compromisso de respeito e promoção dos direitos humanos inclui o respeito e o apoio ao trabalho dos defensores dos direitos humanos em todo o mundo. Os defensores dos direitos humanos são pessoas que, individualmente ou com outras, apoiam e participam em atividades para a proteção dos direitos humanos e do Estado de direito, da boa governação, da tolerância e da diversidade e inclusão. Os defensores dos direitos humanos são alvo de ameaças físicas, sociais, económicas e psicológicas constantes. A Microsoft não tolera ameaças, intimidação, represálias, ataques físicos, jurídicos nem ciberataques contra os defensores dos direitos humanos. Este compromisso estende-se a todos os defensores dos direitos humanos, incluindo os que trabalham em questões relacionadas com a Microsoft e aqueles que exercem os seus direitos de liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, incluindo para contestar ou protestar aspetos da própria empresa.

Em todos os países e, especialmente, naqueles que têm um sistema de proteção mais debilitado no que toca às liberdades cívicas e onde as ameaças aos defensores dos direitos humanos são mais pronunciadas, comprometemo-nos a consultar os defensores dos direitos humanos locais como parte das nossas diligências necessárias em matéria de direitos humanos e a apoiar o seu trabalho com maior sensibilidade perante os desafios e as complexidades que enfrentam. Procuramos capacitar os defensores dos direitos humanos para que atinjam os seus objetivos através de uma maior confiança na tecnologia. Para atingir esse objetivo, a Microsoft compromete-se também a assegurar e a promover a cibersegurança dos defensores dos direitos humanos e a sua utilização da tecnologia.

O nosso compromisso de atenuar as alterações climáticas: As alterações climáticas representam um desafio para o pleno exercício de uma grande diversidade de direitos humanos e agravam a pobreza e a desigualdade existentes. Não podemos cumprir as nossas responsabilidades em termos de direitos humanos num mundo gravemente afetado pelas alterações climáticas. O nosso compromisso de atenuar as alterações climáticas centra-se nas emissões de carbono, nos ecossistemas, na água e no desperdício e está implementado em todas as nossas operações e na cadeia de fornecimento. Respeitamos o direito à terra, aos recursos naturais e à água. Reconhecemos a nossa responsabilidade de gerir as pegadas ambientais e económicas dos nossos escritórios, dos nossos fornecedores e dos nossos produtores de matérias-primas, que podem ter impactos positivos e negativos no bem-estar

físico e financeiro das pessoas e das famílias. Acompanhamos e comunicamos o nosso progresso, tendo em vista os objetivos de sustentabilidade ambiental para 2030, no relatório anual de <u>sustentabilidade</u> ambiental.

Reconhecemos que alguns grupos e comunidades são mais vulneráveis do que outros aos impactos das alterações climáticas, incluindo as mulheres, as comunidades que vivem na pobreza ou nos limiares da pobreza, os povos indígenas e os grupos minoritários. A nossa compreensão destas vulnerabilidades permite-nos delinear a nossa abordagem para a transição justa e para a justiça climática. Comprometemo-nos a trabalhar com as comunidades marginalizadas, ou com os seus representantes legítimos, no desenvolvimento das nossas políticas e práticas de sustentabilidade. Comprometemo-nos a tirar partido da nossa tecnologia e inovação para apoiar as comunidades vulneráveis no reforço da resiliência às alterações climáticas.

O nosso compromisso quanto à colaboração e à ação conjunta: São poucos os desafios em termos de direitos humanos relacionados com as tecnologias digitais que podem ser enfrentados por uma só empresa, ou mesmo por um só setor, pelo que as parcerias e as colaborações multiparticipados estão no cerne das nossas iniciativas.

Estivemos entre os primeiros signatários do Pacto Global das Nações Unidas e somos membros fundadores da Iniciativa de Rede Global (GNI, Global Network Initiative), um esforço conjunto entre as empresas de TIC, as organizações da sociedade civil, os investidores socialmente responsáveis e os académicos. Comprometemo-nos a respeitar os <a href="Princípios da GNI">Princípios da GNI</a> relativamente à liberdade de expressão e aos direitos de privacidade.

Estamos conscientes das ameaças aos nossos <u>processos democráticos</u> de interferências cibernéticas e trabalhamos com as partes interessadas, incluindo governos, organizações não governamentais, académicos e o setor ao nível global para proteger as campanhas políticas contra pirataria, aumentar a transparência relacionada com a publicidade política online, explorar soluções tecnológicas para preservar e proteger processos eleitorais e defender a sociedade de campanhas de desinformação.

Também trabalhamos com outras entidades do setor, ao mesmo tempo que consultamos organizações da sociedade civil, investigadores, governos e autoridades de aplicação da lei em todo o mundo, para combater o uso indevido das plataformas digitais. Por exemplo, participamos ativamente no <u>Fórum Global de Internet de Combate ao Terrorismo</u> (GIFCT) e na <u>Aliança Global WePROTECT para acabar com a exploração de crianças na Internet</u>. Em conformidade com o nosso compromisso relativamente aos produtos e serviços tecnológicos acessíveis, participamos ativamente na <u>Iniciativa Global para as TIC Promotoras de Inclusão</u> (G3ict).

Fora do sector tecnológico, somos signatários da <u>Declaração Conjunta dos Sindicatos dos Trabalhadores</u> <u>e das Entidades Patronais no Acordo de Paris</u>, que se compromete a uma transição justa da força de trabalho mediante o diálogo com os trabalhadores e sindicatos. Procuramos capacitar as organizações que realizam as investigações no campo das alterações climáticas e encorajá-las. Usamos a nossa

posição para falar sobre questões de política pública que serão cruciais para reduzir o impacto do carbono na humanidade e gerir os ecossistemas. Ao dialogar com empresas de outros setores para dar a conhecer a forma como colocamos em prática os nossos compromissos em matéria de direitos humanos, procurarmos servir de catalisador para a realização de ações por parte de outras entidades no sector tecnológico e fora dele.

#### Principais áreas de impacto

A Microsoft pode efetivamente cumprir as suas responsabilidades de respeito pelos direitos humanos através do trabalho que desenvolve em cinco áreas principais:

As nossas políticas e práticas relativamente aos pedidos dos governos: O nosso compromisso de respeitar o Estado de direito implica a obrigação legal de cumprir as leis locais aplicáveis. Quando recebemos pedidos dos governos para fornecer dados de utilizadores ou remover conteúdos, esforçamo-nos por respeitar os direitos humanos à privacidade e à liberdade de expressão, avaliando se os pedidos do governo são válidos, juridicamente vinculativos, se cumprem as leis aplicáveis e se estão em conformidade com as leis e normas internacionais dos direitos humanos.

Os nossos clientes: Como reflexo do nosso compromisso em prol dos direitos humanos e dos nossos milhares de milhões de utilizadores em todo o mundo, pretendemos mitigar e prevenir os riscos através da tomada de decisões que tenham em conta os direitos ao longo do ciclo de vida dos nossos produtos e das relações comerciais. Por exemplo, estamos empenhados na inteligência artificial (IA) responsável através da aplicação dos nossos princípios de IA ao seu desenvolvimento e à sua utilização. Damos prioridade à acessibilidade recorrendo aos nossos princípios de design inclusivo para respeitar o nosso compromisso de criação e disponibilização de tecnologia que forneça os meios necessários às pessoas portadoras de deficiência. Quanto ao direito humano à privacidade, aplicamos os nossos princípios de privacidade para permitir que os nossos clientes possam controlar os seus dados e oferecemos um mecanismo de apresentação de queixas exclusivo para qualquer problema que possam ter. Também tiramos partido de ações conjuntas para ajudar a prevenir e solucionar alguns dos potenciais danos dos nossos produtos com os quais muitos de nós temos de lidar no setor tecnológico.

Os nossos colaboradores: Respeitamos os direitos dos nossos colaboradores, incluindo os descritos na Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: a sua liberdade de associação e o direito à negociação coletiva, o direito a não serem submetidos a trabalhos forçados, trabalho infantil nem a discriminação no que respeita ao emprego e à profissão. Para promover uma verdadeira cultura de diversidade e inclusão no local de trabalho, estamos empenhados em alinhar as nossas práticas com os princípios da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com as Normas de Conduta das Nações Unidas para as Empresas sobre o Combate à Discriminação contra pessoas LGBTI. Entre as nossas políticas que integram estes compromissos incluem-se a nossa Política de Igualdade de Oportunidades de Emprego, a Política de Combate à Discriminação e ao Assédio e os

nossos <u>Padrões de Conduta Empresarial</u>. Estas políticas são complementadas por uma gama completa de programas que visam o bem-estar dos nossos colaboradores e membros das respetivas famílias.

Os nossos fornecedores: O trabalho digno é essencial para permitir condições de vida inclusivas e sustentáveis, e é fundamental para uma vida com dignidade. Esforçamo-nos por garantir que todas as pessoas que fabricam os nossos produtos são tratadas com respeito e dignidade. A Microsoft espera que os seus fornecedores cumpram integralmente todas as leis laborais, partilhem o seu compromisso de respeitar todos os direitos humanos e proporcionem igualdade de oportunidades no local de trabalho, tomando medidas eficazes para remediar quaisquer impactos negativos nos direitos humanos.

A Microsoft trabalha com milhares de fornecedores de todo o mundo. Para promover os nossos objetivos de fornecimento responsável investimos fortemente nas nossas relações com os fornecedores e o nosso compromisso em matéria de direitos humanos alarga-se a todos os nossos fornecedores. Esperamos que todos os fornecedores que fazem negócios com a Microsoft respeitem os direitos humanos, os princípios relativos ao trabalho, à saúde e à segurança e às práticas ambientais e éticas estabelecidas no nosso Código de Conduta dos Fornecedores (SCoc) e para os fornecedores de hardware, o Manual de Responsabilidade Social e Ambiental dos Fornecedores da Microsoft (Manual SEA para Fornecedores).

O nosso SCoC, o Manual SEA para Fornecedores e os programas mais amplos de fornecimento responsável cumprem a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, as Convenções Principais da OIT e os aspetos significativos da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e das Normas de Conduta das Nações Unidas para as Empresas sobre o Combate à Discriminação contra pessoas LGBTI. Além disso, o SCoC é a nossa ferramenta principal para evitar a escravatura moderna e o tráfico de seres humanos na nossa cadeia de fornecimento global, incluindo o respeito pelo horário de trabalho, a liberdade de associação e os princípios de negociação coletiva estabelecidos pelas convenções principais da OIT.

Estamos empenhados em eliminar o tráfico de seres humanos e o trabalho forçado da nossa cadeia de fornecimento, mesmo entre os nossos trabalhadores contingentes. Entendemos que os trabalhadores migrantes estrangeiros (FMWs, foreign migrant workers) são especialmente vulneráveis ao risco de trabalho forçado e estamos empenhados em respeitar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias. O nosso compromisso de excluir o tráfico de seres humanos da nossa cadeia de fornecimento está integrado no nosso SCoC e nos protocolos de programas de fornecimento responsável. Estamos conscientes que a resolução dos problemas mais enraizados em matéria de direitos humanos em cadeias de fornecimento complexas é uma responsabilidade partilhada que exige muitas vezes abordagens ao nível do setor e multiparticipadas. Por conseguinte, participamos nos programas Responsible Business Alliance, Responsible Minerals Initiative, a Initiative for Responsible Mining Assurance, Tech Against Trafficking e Global Business Coalition Against Human Trafficking.

Preocupamo-nos particularmente com a sustentabilidade da nossa cadeia de fornecimento a montante. A Microsoft não colhe nem extrai matérias-primas, mas influencia a colheita e extração a montante através de políticas e práticas. No caso dos nossos Dispositivos, a nossa abordagem às matérias-primas começa com a Política de Fornecimento Responsável de Matérias-Primas da Microsoft (RSRM, Responsible Sourcing of Raw Materials). A política RSRM alarga o nosso Código de Conduta dos Fornecedores até aos confins da nossa cadeia de fornecimento a montante, com a finalidade de garantir o cumprimento dos direitos humanos, laborais, de saúde e segurança, de proteção ambiental e ética empresarial. Esta política abrange todos os minerais e materiais utilizados na cadeia de fornecimento de hardware e de embalagens para Dispositivos, sem limites geográficos.

As nossas comunidades: Quer contactemos com as comunidades através das nossas operações ou cadeia de fornecimento, ou através de aplicações da nossa tecnologia, a Microsoft reconhece que tem impacto nos detentores de direitos. Temos em conta os nossos impactos possíveis e reais em termos de direitos humanos nas comunidades que contactamos nos nossos processos de devida diligência. Também investimos em oportunidades específicas para promover os direitos das nossas comunidades locais e globais através do apoio humanitário e de doações sem fins lucrativos.

Através de <u>Filantropias da Microsoft</u>, doamos e oferecemos descontos em produtos de produtividade, de plataforma e de tecnologia cloud para que as organizações sem fins lucrativos de todo o mundo consigam um maior impacto nas comunidades que apoiam. Ao disponibilizar gratuitamente ou com descontos significativos os nossos serviços cloud e software às organizações sem fins lucrativos relevantes, permitimos que as organizações de defesa dos direitos humanos espalhadas pelo mundo cumpram as suas missões. Associamo-nos a organizações sem fins lucrativos para fornecer recursos de aprendizagem digitais e formação a pessoas deslocadas, permitindo-lhes aceder a oportunidades educativas e económicas. Durante <u>crises humanitárias</u>, ajudamos as comunidades afetadas no acesso a tecnologia e a informações quando e onde mais precisam. Trabalhamos para ajudar as organizações a prepararem-se e a anteciparem a curva de resposta, ao mesmo tempo que melhoramos a sua capacidade de resposta a futuras catástrofes.

Para ajudar a cumprir a sua missão, a Microsoft está empenhada em promover um mundo mais inclusivo e equitativo. Estamos empenhados em colmatar a falta de oportunidades que muitos jovens enfrentam atualmente através de investimentos na comunidade, centrados em fornecer competências para empregabilidade e acesso à banda larga de forma acessível em comunidades desamparadas e subrepresentadas. Através do programa Microsoft Employee Giving, os nossos colaboradores doam o seu tempo, talento e dinheiro a organizações sem fins lucrativos de sua preferência, com fundos complementares por parte da empresa.

### Governação interna

Os colaboradores, parceiros, fornecedores, governos e clientes partilham esta responsabilidade de assegurar que as tecnologias de informação e comunicação, e as nossas atividades comerciais respeitem e promovam os direitos humanos.

O <u>Comité de Regulamentação e Políticas Públicas</u> do Conselho de Administração da Microsoft supervisiona os principais riscos regulamentares não financeiros da empresa que podem ter um impacto significativo na empresa e na sua capacidade de manter a confiança dos clientes, dos colaboradores e do público. Isto inclui políticas e programas que dizem respeito a questões legais, regulamentares e de conformidade relacionadas com a concorrência e antitrust, a privacidade, o comércio, a segurança digital, a inteligência artificial e a sustentabilidade ambiental, bem como questões significativas relacionadas com a acessibilidade, os direitos humanos e o fornecimento responsável. O comité também analisa a atividade de relações governamentais da empresa e as atividades e despesas políticas, a agenda de política pública e a posição sobre questões importantes de política pública.

O <u>Presidente e o Diretor Jurídico da Microsoft</u> supervisionam a implementação dos nossos compromissos em matéria de direitos humanos em colaboração com o departamento de Assuntos Jurídicos, Relações Externas e Internas da Microsoft. O departamento é constituído por mais de 1.500 profissionais de assuntos empresariais, jurídicos e corporativos localizados em 54 países e que operam em mais de 120 países, trabalhando num vasto leque de questões que envolvem a interseção entre a tecnologia e a sociedade, incluindo a cibersegurança, a privacidade, a ética, a inteligência artificial, os direitos humanos, a imigração, a filantropia e a sustentabilidade ambiental.

O <u>Centro de Tecnologia e Direitos Humanos da Microsoft</u> foi criado em 2013 e dá prioridade e coordena as nossas devidas diligências em direitos humanos, além de identificar riscos e oportunidades emergentes relacionados com os direitos humanos. O Centro promove abordagens harmonizadas dos direitos humanos em toda a empresa e promove o diálogo para fomentar a compreensão do impacto das TIC nos direitos humanos. Através do Centro, a Microsoft interage e consulta uma diversidade de grupos de defesa dos direitos humanos, académicos e grupos industriais de todo o mundo para partilhar as experiências e lições aprendidas da Microsoft.